



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE - CPIBETS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos § 2º, V, e § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, **REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES ao SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO), EM FORMATO DIGITAL, e conforme detalhamento abaixo**, no que couber, pelos fatos e fundamentos que na sequência serão expostos

1. Considerando a missão desta CPI, voltada para a investigação da influência das apostas online no orçamento das famílias brasileiras, apuração de eventuais associações dessas entidades com atividades criminosas e a atuação perversa de influenciadores digitais no consumo desse tipo de produto e, considerando, ainda, dentre outros corolários desta atividade, a recomendação a órgãos públicos e entidades da iniciativa privada pela adoção de medidas preventivas e saneadoras, além de recomendar que estas medidas possam ser permanentemente adotadas para que os órgãos governamentais possam exercer o poder de polícia/fiscalização necessários a prevenir prejuízos às estruturas de Estado, **requisitamos, nesse sentido, informações sobre o conhecimento de ferramentas, serviços e soluções que essa prestimosa empresa pública venha angariando na prospecção de ferramentas dessa natureza,**



e sobre a eventual existência de soluções que permitam identificar claramente as premissas desse trabalho acima descritas, facultando o correlacionamento de entidades, atividades e pessoas, de forma a detectar transações suspeitas, irregularidades cadastrais, financeiras, desvios e fraudes diversas, manipulações de informações e dados adulterados, indicando inclusive relacionamentos ocultos e desestruturados de informações;

2. Além disto, requisitamos de V.Sas. a informação de alternativas de abordagem e tratamento dessas mesmas informações sob diversos ângulos, de modo a instruir nosso trabalho de análise e investigação, garantindo a eficácia dos resultados e ações desta CPIBETS;
3. Finalmente, solicitamos envidar seus maiores esforços para acelerar o atendimento de nossa demanda, seja com a indicação de ferramentas existentes, seja com a utilização de novas tecnologias já disponíveis no mercado, de forma a possibilitar que esta CPIBETS apresente resultados na abrangência, profundidade e velocidade requeridos pelo complexo cenário com o qual ora nos deparamos.

JUSTIFICAÇÃO

A justificativa para o presente requerimento de **REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES** no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito – CPIBETS se apoia na crescente relevância dos jogos virtuais de apostas online no Brasil, especialmente no que tange às potenciais práticas ilícitas associadas a esse setor. A magnitude dos valores movimentados por essas plataformas de apostas é alarmante, havendo fortes indícios de que tais transações estejam sendo utilizadas para disfarçar operações de lavagem de dinheiro em larga escala.



Aliás, a ausência de transparência e a fragilidade dos mecanismos de controle sobre essas plataformas agravam o risco de que práticas criminosas estejam sendo amplamente facilitadas, exigindo a intervenção do poder legislativo para uma rigorosa análise dos processos financeiros relacionados aos jogos de apostas online, a fim de identificar as falhas nos sistemas de regulação e fiscalização atualmente vigentes e propor soluções que fortaleçam a capacidade estatal de combater o crime organizado e prevenir a lavagem de dinheiro.

Ressalte-se, outrossim, que, para além do aspecto financeiro, o impacto social e familiar dos jogos de apostas online não pode ser ignorado. Com o aumento exponencial do número de usuários e das quantias envolvidas, cresce a preocupação com o endividamento das famílias brasileiras, a deterioração da saúde mental dos apostadores e os danos à economia doméstica. Há indícios de que esse fenômeno esteja contribuindo para um ciclo vicioso de perdas financeiras e adoecimento psicológico, o que torna ainda mais urgente uma resposta legislativa articulada e robusta.

Particularmente, a justificativa para o presente requerimento de REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES, dado o cenário que vimos enfrentando de altíssima complexidade, está no fato de que o uso de *inteligência artificial* associado a inúmeras outras ferramentas disruptivas (como *internet das coisas, blockchain, certificação assimétrica*), tem propiciado o aumento e extensão de práticas fraudulentas de engenharia social, deep fake, ocultação de sinais exteriores de riqueza, desvios e financiamento do crime dentre outras tantas condutas que, no entanto, devem merecer, por parte do Estado, dos órgãos de Controle Externo/Interno, das entidades certificadoras de conformidade/integridade e por parte daqueles que defendem a retidão e a idoneidade, respostas condizentes que também se utilizem de tecnologia igualmente poderosa ou preferencialmente, mais poderosa que a criatividade do agente mal-intencionado.



É de conhecimento público o fato de que o SERPRO detém um histórico de décadas de sucesso na implementação de soluções que têm dado suporte ao trabalho de instituições públicas altamente relevantes, com o desenvolvimento, a adoção e a integração de ferramentas que desafiam a complexidade de problemas universais em nível condizente com aquele praticado inclusive em países como EUA, China, Índia e Estônia.

O conhecimento do uso de tecnologia no trato da coisa pública é uma expertise daquela organização que constitui a maior empresa de tecnologia do setor público das américas, cujo nível de excelência no desenvolvimento próprio de soluções e na prospecção, análise e integração de ferramentas de mercado com suas próprias ferramentas a colocam na condição de referência mundial.

O compartilhamento desse conhecimento com as atividades desta CPIBETS encontra respaldo na própria missão institucional do SERPRO, conforme publicado por aquela organização, *verbis*:

“Nosso Propósito

Prover soluções inteligentes para transformação e inclusão digital.

Nossa Visão

Construir o melhor Governo Digital para o cidadão.

Nossos Valores

Felicidade do cliente

Inovação

Soberania dos dados

Integridade

Segurança da informação



